

ESTATUTOS

CAPÍTULO PRIMEIRO

(Denominação, Âmbito e Finalidade)

ARTIGO 1º

1. É constituída por tempo indeterminado a Associação de Setas de Setúbal. Com sede provisória no C.D.R. Fogueteiro, Rua da Liberdade, nº 14 A, 2845-156, freguesia de Amora, concelho de Seixal.
2. Por simples deliberação da Direcção, a sede social pode ser mudada dentro do mesmo concelho ou para concelhos limítrofes.
3. Podem ser criadas delegações e/ou abrir sucursais, ou filiais, onde entender-se conveniente e filiar-se em outros organismos ou associações que não prossigam fins contrários aos seus.
 - A) Terá como área de influência a Península de Setúbal, delimitada a norte pela linha divisória do Distrito e a Sul e Este pela via rodoviária E. N. 118, enquanto confinada ao Distrito de Setúbal.

ARTIGO 2º

1. A Associação de Setas de Setúbal tem como objectivos:
 - A) A divulgação, na sua área de influência, do jogo das setas como actividade lúdica e modalidade desportiva.
 - B) A organização de Torneios e Campeonatos de Setas entre os seus associados.
 - C) A organização de Torneios Abertos a todos os jogadores, quer sejam filiados na Associação de Setas de Setúbal, filiados em outras associações ou sem qualquer filiação, bem como outros tipos de provas relacionadas com a modalidade.

D) A organização de eventos culturais e/ou sociais.

ARTIGO 3º

1. A Associação assume a forma de pessoa colectiva de Direito Privado, dotada de personalidade jurídica sem fins lucrativos.
2. A Associação rege-se pela Lei Geral da República Portuguesa, pelos presentes Estatutos, pelo Regulamento Interno, pelo Regulamento Interno de Jogo e pelos Regulamentos de Funcionamento Interno dos órgãos próprios da Associação.

CAPÍTULO SEGUNDO

(Associados)

ARTIGO 4º

1. Podem ser associados todos os indivíduos no pleno gozo dos seus direitos cívicos que se inscrevam e aceitem os presentes Estatutos, Regulamento Interno e Regulamento Interno de Jogo.
 - A) Os menores de idade também poderão fazer-se associados desde que a entidade pública ou privada, singular ou colectiva que sobre eles exerçam o poder paternal ou tutela o autorize. A autorização deve ser expressa, assumindo a forma de documento particular declarando a autorização e constando a assinatura do poder paternal ou tutor, identificação completa do menor, identificação completa do poder paternal ou tutor e dirigida à Associação de Setas de Setúbal.
 - B) Interditos e Inabilitados não se podem inscrever.
2. A forma de admissão dos associados, designação, atribuições, direitos, deveres, saídas e exclusões são estipuladas pelo Regulamento Interno.

CAPÍTULO TERCEIRO

(Património)

ARTIGO 5º

1. O Património e os meios de subsistência da Associação serão assegurados por quotização dos associados, actividades e iniciativas da Associação, subsídios e/ou doações de entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras.
 - A) Para este efeito, poderá a Associação dividir-se ou criar secções desportivas, culturais ou sociais, com objectivos previamente estabelecidos quer pela Direcção quer pela Assembleia da Associação.
2. Em caso de dissolução, os mecanismos de devolução do Património serão estabelecidos pelo Regulamento Interno.

CAPÍTULO QUARTO

(Órgãos Administrativos)

ARTIGO 6º

1. São Órgãos da Associação:
 - A) A Mesa da Assembleia Geral
 - B) A Direcção
 - C) O Conselho Fiscal
 - D) O Conselho de Justiça e Disciplina

ARTIGO 7º

1. Assembleia Geral.

- A) A Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente e dois secretários.

ARTIGO 8º

1. É da competência da Assembleia Geral:

- A) Eleger a Mesa da Assembleia, a Direcção e o Concelho Fiscal.
- B) Aprovar o Regulamento Interno, o Regulamento Interno de Jogo e decidir sobre eventuais alterações dos Estatutos, do Regulamento Interno, Regulamento Interno de Jogo e liquidação da Associação.
- C) Fiscalizar a acção da Direcção, quer no tocante à observância estrita da legalidade interna e externa, quer no que respeita à sua oportunidade.
- D) Ratificar as decisões da sua competência que tenham sido tomadas pela Direcção nos termos da alínea “G” do artº 10.

ARTIGO 9º

1. A Direcção.

- A) A Direcção é composta por um Presidente, um Vice-Presidente, um Primeiro Secretário, um Segundo Secretário e um Tesoureiro como efectivos, mais quatro vogais que, para além de outras possíveis competências a atribuir, substituirão os efectivos, conforme a Direcção o determinar, nos seus impedimentos.

ARTIGO 10º

1. É da competência da Direcção:

- A) Executar as deliberações da Assembleia Geral.

- B) Coordenar a acção da Associação de acordo com os objectivos expressos nos Estatutos e no Regulamento Interno.
- C) Administrar e zelar o Património e os interesses da Associação sendo responsável pelos mesmos.
- D) Responder perante a Assembleia Geral, apresentando, anualmente, o relatório e contas da sua gerência.
- E) Submeter à apreciação, deliberação e aprovação da Assembleia Geral, propostas do Regulamento Interno e respectivas alterações quer deste quer do Regulamento Interno de Jogo, quando se julguem necessárias.
- F) Convocar extraordinariamente a Assembleia Geral, mediante voto maioritário dos seus membros, sempre que for necessário.
- G) Resolver questões urgentes que não possam esperar por deliberação da Assembleia Geral.
- H) Deliberar, aprovar e executar a criação ou a organização de actividades e/ou iniciativas de índole cultural, social ou desportiva bem como a respectiva criação ou supressão de comissões e/ou secções internas.
- I) Nomear e presidir o Conselho de Disciplina bem como aprovar e executar as sanções e disposições por este apresentadas.

Parágrafo Único: A Associação fica representada em juízo e fora dele por dois membros da Direcção, sendo um deles o Presidente da Direcção, cujas assinaturas são suficientes para a obrigar.

ARTIGO 11º

1. O Conselho Fiscal.

- A) O Conselho Fiscal é constituído por um Presidente, um Secretário e um Secretário Relator.

ARTIGO 12º

1. Compete ao Conselho Fiscal:

- A) Emitir parecer sobre inventário, balanço e relatório de contas da Direcção.
- B) Fiscalizar as operações de liquidação da Associação.

ARTIGO 13º

1. O Conselho de Justiça e Disciplina.

- A) O Conselho de Justiça e Disciplina é constituído por três conselheiros com nomeação e presidência da Direcção.

ARTIGO 14º

1. Compete ao Conselho de Justiça e Disciplina:

- A) Fazer cumprir os Regulamentos da Associação de Setas de Setúbal.
- B) Sugerir as sanções ou outras disposições aos infractores da alínea “A” deste artigo e remetê-las à Direcção para execução.
- C) Emitir pareceres, não vinculativos, sobre a legalidade quer da acção directiva quer das resoluções da Assembleia Geral quando tal lhe for solicitado. A forma processual, quer do pedido quer da emissão de pareceres, será determinada pelo Regulamento Interno.

ARTIGO 15º

1. Incompatibilidades.

- A) É expressamente vedado aos Conselheiros do Conselho de Justiça e Disciplina a apreciação, deliberação e resolução de qualquer disputa desportiva que envolva uma, ou mais equipas, ou qualquer elemento individual, no caso de pertencerem ou estarem envolvidos processualmente com essa mesma equipa, sendo este substituído por um elemento neutro a nomear pela Direcção.
- B) Fica expressamente consignado pelo presente Estatuto que a qualquer titular de qualquer órgão da Associação de Setas de Setúbal é reconhecido o direito de participar quer individualmente quer em equipa, em todas as competições organizadas ou não por esta Associação, desde que o façam na qualidade de meros associados

sendo, por isso, abrangidos por todas as sanções, ou outras disposições previstas, por infracções cometidas quer aos Estatutos quer ao Regulamento Interno quer ao Regulamento Interno de Jogo.

DISPOSIÇÃO FINAL

1. A todos os órgãos é reconhecido o direito de estabelecer o regime jurídico do seu funcionamento interno.
2. Aos regimes jurídicos criados no nº 1 deste artigo serão denominados “Regulamentos de Funcionamento Interno”.
3. São requisitos de validade dos referidos “Regulamentos de Funcionamento Internos” os seguintes aspectos:
 - A) A aprovação pela maioria dos titulares de cada órgão a que se refere o Regulamento de Funcionamento Interno.
 - B) Não serem incompatíveis com a Lei Geral da República Portuguesa, normas do presente Estatuto, Regulamento Interno e Regulamento Interno de Jogo.
 - C) Ter sido dada, após a sua aprovação nos termos das alíneas anteriores, a devida publicidade.